

---

# **terra roxa**

## **e outras terras**

Revista de Estudos Literários

---

### CÂNONE E ESCOLA: DISPUTAS DE PODER

A Revista Terra Roxa e Outras Terras tem o prazer de trazer à baila a discussão de um tema relevante tanto para os estudos literários quanto para o campo educacional: as relações entre cânone e ensino. Acadêmicos de diferentes estados do país e uma pesquisadora de Portugal responderam à nossa chamada com questionamentos instigantes acerca do tema, em particular o repensar do cânone a partir das recentes inclusões e/ou reposicionamentos, caso da produção literária étnico-racial, de textos da cultura de massa e das próprias obras canônicas, reconfiguradas a partir de perspectivas dos Estudos Culturais (artigo “(Contra)Cânone em perspectiva: terminologia e seleção na literatura e na escola”) e Estudos Pós-coloniais.

Em *O demônio da teoria: literatura e senso comum*, Antoine Compagnon afirma que “[o] tema “valor”, ao lado da questão da subjetividade do julgamento, comporta ainda a questão do cânone, ou dos clássicos, como se diz de preferência em francês, e da formação desse cânone, de sua autoridade – sobretudo escolar –, de sua contestação, de sua revisão” (2003: 226).

Portanto, pensar o cânone literário em contexto escolar passa pela percepção de que o próprio cânone é um espaço de disputa de poder, pois seu estabelecimento se dá por instituições legitimadoras, como destaca Márcia Abreu, no já clássico *Cultura letrada: literatura e cultura*: “Para que uma obra seja considerada Grande Literatura ela precisa ser declarada literária pelas chamadas ‘instâncias de legitimação’. Essas instâncias são várias: a universidade, os suplementos culturais dos grandes jornais, as revistas especializadas, os livros didáticos, as histórias literárias, etc” (2006: 40).

Nesse “etc.”, destacamos a escola de ensino fundamental e médio, ela que é simultaneamente instância legitimadora – quando seleciona o que pode e deve ou não ser lido no âmbito escolar – e condicionada a outras instâncias como o PNBE – Programa Nacional da Biblioteca Escolar e o Exame Vestibular. Para circular na escola, a literatura passa pelo crivo de professores, bibliotecários, direção escolar,

pais de alunos e outros agentes cujos critérios de avaliação e seleção de obras não são unânimes e deslizam entre o canônico e o não canônico, o apropriado e o arriscado, e mesmo o interditado.

Diante das discussões presentes no cenário da educação escolarizada, em especial, direcionadas para as práticas de leitura na formação dos educandos que frequentam a Educação Básica de nosso país, encontra-se a temática do ensino escolarizado da literatura e suas relações com o cânone.

Sobretudo nas últimas décadas, no contexto da diversidade cultural caracterizada como uma das marcas de nossa identidade, assistimos a um crescente debate sobre possibilidades de leituras a serem trabalhadas pelos educadores junto aos seus alunos, impulsionando o olhar para obras legitimadas e não legitimadas. Essa observação destaca o papel do professor e demais agentes promotores da leitura na escola na seleção das leituras a serem realizadas pelos alunos (artigo “Literatura infantil em contextos formais e não formais: a técnica do voo”). Ao lado das exigências curriculares, está o poder decisório do professor, que necessita estar consciente de que toda seleção de textos é política e significa corroborar ou não com um sistema de exclusões cujo ponto de partida tende a ser o cânone.

Defender inclusões no sistema de leitura literária escolarizado não significa negligenciar os clássicos e seu papel essencial na formação de leitores. Pelo contrário, o esforço deve ser no sentido de propor metodologias que aproximem o leitor em formação de obras literárias consideradas fundamentais (mesmo que não exista consenso acerca da definição de cânones), a exemplo da proposta de tertúlias literárias (artigo “Leitura de clássicos universais no ciclo da alfabetização: aprendizagem por meio da tertúlia literária dialógica”), rodas de conversa, hora da leitura e clubes de leitura, dentre outras estratégias utilizadas por professores da Educação Básica.

Dentre a literatura que vem disputando espaço com os clássicos escolares, é necessário destacar obras da chamada cultura de massa, como *O senhor dos anéis* (artigo “*O senhor dos anéis* e o cânone”), que ao lado de best-sellers como *Harry Potter* e *Diário de um banana*, são disputados, até com lista de espera na biblioteca, pelos jovens leitores. Aliás, esses livros nem sempre estão disponíveis no acervo da biblioteca escolar, e quando estão, geralmente resultam do esforço de bibliotecários e professores para adquiri-los, uma vez que os programas governamentais de estímulo à leitura geralmente concentram-se nas obras já canonizadas, nos chamados clássicos. Porém, se todos os objetos de leitura devem ser considerados no processo de formação de leitores, também o papel da literatura de massa deve ser pensada em contexto escolar (artigo “*Dos best-sellers da cultura de massa ao cânone literário: sequência didática como possibilidade*”).

Em muitos discursos escolares e sobre a leitura na escola, vemos que o ponto de partida é a afirmação de que alunos não são leitores; na verdade, a queixa escolar é a de que os alunos não leem o que a escola deseja, especialmente quando se trata de leitura literária (artigo “*O romance contemporâneo e o cânone na escola: visões*”).

e revisões”). Além de nos questionarmos sobre que leitor a escola deseja formar, é preciso estarmos atentos à renovação das metodologias de ensino de literatura para haver impacto sobre o ensino de leitura literária, para o que é necessário, dentre outras providências, repensar o ensino historiográfico da literatura, assim como o papel das produções contemporâneas na formação de leitores.

A compreensão de que:

O cânone não é fixo, mas também não é aleatório e, sobretudo, não se move constantemente. É uma classificação relativamente estável, e, se os clássicos mudam, é à margem, através de um jogo, analisável, entre o centro e a periferia. Há entradas e saídas, mas elas não são tão numerosas assim, nem completamente imprevisíveis. (Compagnon 2003: 254)

também conforma as reflexões acerca do afroletramento (artigo “Afroletrar o letramento para enegrecer o currículo”) e dos critérios de seleção de obras pelo PNBE – Programa Nacional de Biblioteca Escolar (artigo “Existe teatro infantil no PNBE?”). Por força de lei, recentemente nosso olhar tem se voltado a produções étnico-raciais até então praticamente ignoradas pelo sistema literário, como as obras de Cristiane Sobral e Conceição Evaristo, autoras negras que têm alcançado visibilidade e gradativamente ocupam espaço em práticas de leitura na escola. O texto dramático participa desse mesmo espaço de disputa, uma vez que historicamente tem sido deixado de lado em favor da prosa e da poesia.

Convidamos o leitor a adentrar nos textos reunidos neste volume, constituído por oito artigos que se entrelaçam na compreensão dos dilemas que envolvem leituras consagradas e não consagradas e que, ao mesmo tempo, apresentam a partir dessa temática encaminhamentos singulares com base em suas propostas de pesquisas.

São publicações que se concentram em bases teóricas e se apoiam em distintos caminhos metodológicos, tendo como elo a compreensão das especificidades e diferentes propósitos das criações literárias. Núblio D. F. Mafra, em *Leituras à revelia da escola*, afirma que:

a literatura pode se constituir de uma continuidade travessa. [...] Continuidade que não pressupõe subordinação, mas interdependências, contatos, beijos que se dissolvem, exercícios de (re)montagem com a língua. Assumindo-se como canônica, a literatura foge à proposta de renovação inerente à participação do leitor, sua história de leituras, no sentido de uma permanente reconstrução do texto. (2003: 39)

A literatura é uma possibilidade de compreensão da condição humana, a arte é caminho para percepção do outro como parte da formação da identidade do sujeito, pois “Toda leitura, como todo aprendizado, resulta da abertura para o outro - o outro fisicamente situado no mundo da proximidade ou então o outro inscrito nas

obras e nos textos distantes no tempo e no espaço. Toda aprendizagem como toda leitura, é mistura e mestiçagem” (Silva: 2003: 43).

As primeiras décadas do século XXI têm sido palco de inúmeros debates balizados por polarizações como democracia ou autoritarismo, proteção de fronteiras ou acolhimento a refugiados, preconceito ou respeito às diferenças. Após um final de século XX marcado por conquistas no campo social, assistimos, com perplexidade, a retrocessos nos campos cultural, especialmente no tocante à liberdade de criação artística e expressão, e político, ambos espaços de ação tanto da literatura quanto da educação. A constituição de um cânone literário é sempre uma arena política em que grupos disputam o poder de decisão do que é bom ou ruim em literatura, o que deve ou não ser lido. E essa disputa de poder passa pelo universo escolar. Por isso temos convicção de que o tema cânone e escola é uma possibilidade de debatermos sobre o papel da escola na formação do leitor em um movimento de emancipação e humanização. Para tanto, há a necessidade contínua de políticas públicas que sejam favoráveis ao entendimento da expressão humana como possibilidade de criação e (re)construção.

#### OBRAS CITADAS

ABREU, Márcia. *Cultura letrada: literatura e cultura*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

COMPAGNON, Antoine. *O demônio da literatura: literatura e senso comum*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MAFRA, Núbio Delanne Ferraz. *Leituras à revelia da escola*. Londrina: Eduel, 2003.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. *Conferências sobre leitura: trilogia pedagógica*. Campinas: Autores Associados, 2003.

Sonia Pascolati<sup>1</sup> (UEL) e Maria Betanea Platzer<sup>2</sup> (UNIARA)  
(responsáveis pelo volume)

1 [sopasco@hotmail.com](mailto:sopasco@hotmail.com) - <http://lattes.cnpq.br/8576885635916940>

2 [betaneaplatzer@hotmail.com](mailto:betaneaplatzer@hotmail.com) - <http://lattes.cnpq.br/1517203251145236>